

O ÁLCOOL E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: EFEITOS E DRAMAS

ALCOHOL AND DOMESTIC VIOLENCE: EFFECTS AND DRAMS

Camila Requião Rosa *

Resumo

O presente trabalho tem por estudo pensar o autor da violência doméstica como aquele que necessita de tratamento para além da punibilidade, por ser alcoolemico, e que carece de atenção e cuidados para tratar um problema tão grave quanto o da agressão que pratica e que, de forma alguma se deve justificar e perpetuar, mas necessário encontrar políticas de enfrentamento e solução dos problemas, tanto na esfera da vítima, quanto do agressor, já que demonstrado que a mera aplicação da lei em nada resulta. Analisaremos a problemática do alcoolismo e o modo como este afecta às relações familiares dos indivíduos, bem como, o modo que acarreta na violência doméstica e porque o alcoolismo está diretamente ligado ao cometimento da violência doméstica, tendo em conta o nível pessoal do agressor, como doente, e o nível familiar, vítima que sofre e aceita a violência que a si é imposta. Trataremos dessa relação de causa e efeito, principalmente, pela perspectiva da pobreza, que envolve a maioria das famílias em que o álcool é causa da violência doméstica, arrefigados pelo patriarcado, e determinadas pelas relações de herarquia, ainda existentes, na sociedade, o objeto de estudo seja devidamente construído a partir de uma abordagem interdisciplinar, principalmente porque esta forma de criminalidade complexa está amalgamada aos fenômenos sociais próprios da globalização.

Palavras-chave: Álcool; violência doméstica; agressor e vítima; problemática familiar.

Abstract

The present work is to study thinking the author of domestic violence like that which needs treatment beyond criminality, for being alcoolemico, and it lacks

* Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gérias. Pós Graduada em Direito Penal pela LFG. Mestranda em Ciências Jurídico criminais na Universidade de Lisboa.

attention and care to treat a problem as serious as aggression that practice and that, in no way should justify and perpetuate, but need to find policies to confront and solve problems both in the sphere of the victim, as the aggressor, as it demonstrated that the mere application of the law in nothing works. We will look at the problem of alcoholism and how this affects the family relationships of individuals, as well as, the way leads on domestic violence and because alcoholism is directly linked to the Commission of domestic violence, taking into account the personal level of the offender, as a patient, and the family level, the victim who suffers and takes the violence itself is imposed. We will deal with this relationship of cause and effect, mainly, from the perspective of poverty, involving most of the families in which the alcohol is the cause of domestic violence, entrenched by patriarchy, and determined by herarquia relationships, still existing in society, the object of study is constructed from an interdisciplinary approach, mainly because this form of crime is amalgamated to complex social phenomena of globalisation..

Key-words: Alcohol; Domestic violence; aggressor and victim; family problems; tiering.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivos, repensar a figura do agressor, não só como autor do crime, como de fato o é, mas principalmente vislumbrar um agressor que não só carece de punibilidade como, principalmente, de tratamento, por este viés dependente/doente, a nosso ver vítima/agressor, a necessitar de políticas públicas interdisciplinares para tratar o problema.

Nesse aspecto, em que pensamos o agressor da violência doméstica como quem também se autoflagela, reproduzindo um sistema de ‘simbiose’ as aversas com a vítima, que por sua vez também acredita estar o problema da violência relacionado com a alcoolemia.

O problema da violência doméstica está diretamente relacionado ao patriarcado, a hierarquização do homem em relação à mulher que prevalece ainda hoje nos tempos modernos. Não se trata exclusivamente de aplicar a letra fria da lei, já provado que não resulta, mas de se entender o problema para tratar de forma adequada e eficaz a combater a vitimização e hierarquização do problema da violência que assola tanto a vítima quanto o agressor.

Inicialmente, abordaremos a origem e evolução histórica do álcool, os efeitos do consumo do álcool na sociedade, a instabilidade social ocasionada e o álcool e sua dependência.

De seguida, será desenvolvida consideração atinente ao elo entre o álcool e a violência doméstica e seus primeiros enfrentamentos, no tocante à hierarquização da sociedade e a

estigmatização do gênero, com a reflexão voltada para o mal estar individual como sintoma de mal estar social, os estigmas do patriarcalismo como autor da vitimização, e os efeitos do subjetivismo do alcoolemico diante da evolução social.

Ainda, analisaremos as como desalinhar o fenômeno álcool e violência doméstica, desconstruindo os sistemas de patologias criados entre agressor e vítima e de auto-reprodução das condutas de violência e embriaguez como consequência natural.

A abordagem será essencialmente construída através de uma abordagem interdisciplinar, principalmente porque esta forma de criminalidade complexa está amalgamada aos fenômenos sociais próprios da globalização.

Neste sentido, a reflexão será empreendida visando intuir sob que condições é que se pode tratar o agressor/dependente, desfragmentar uma construção social incutida na vítima, no agressor e em toda a sociedade, através de políticas públicas, participação dos órgãos de saúde, participação da população, já que o alcoolismo gera desagregação familiar, social e econômica além de agravar o problema da violência doméstica.

2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO ÁLCOOL

2.1. Efeitos do Consumo de Álcool na Sociedade

Afirma Foucault¹ que a criminalização é inerente ao ser humano, nasce das relações humanas, surge da própria sociedade. Nesse sentido, o crime é incidente humano que jamais deixará de existir.

Impossível, portanto, conceber uma sociedade sem vícios já que está intrínseco ao ser; tem-se, então, a sociedade do vício como contemporânea do desenvolvimento da humanidade.

Com o desregramento e a criminalidade surge a desordem social, sendo necessário o seu reajuste. Nesta ótica, poderemos pensar o crime como regulador e mantenedor da própria sociedade, pois implica em aprendizagem e socialização, na construção das relações e nova ordem social.

¹ FOUCAULT, Michael. *A verdade e as formas jurídicas*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Nau, 1999. O indivíduo por sua vez, não consegue viver isolado, é necessário que este viva em comunidades para que haja a própria existência humana.

O crime não é um fenômeno individual e isolado, este resulta de uma construção e reação social, a um determinado comportamento², criando a sociedade seus próprios criminosos e, por esta razão, devemos estudar não apenas os criminosos, mas todos os atores sociais envolvidos, toda a coletividade³, que, de uma forma ou de outra reagem ao fenômeno do crime.

Através de observações e estudos do caráter desenvolvido na sociedade pelo efeito gerado pelo crime e sua disseminação, começa-se a ser ter um comportamento social de resposta e mecanismo de auxílio às barreiras do crime.

Para Foucault, as relações de poder sempre existiram; ele descreve a sociedade como uma sociedade controlada, que o poder é individualizado, com um sistema panóptico de vigilância, e que, historicamente essas relações de poder sofreram alterações em razão das quais o controle social passa a ser feito por todos; nesta, todos vigiam todos, por ordens impostas, como forma do Estado manipular/controlar o povo.

O modelo panóptico, arquitetado por Foucault está presente em nossas vidas mais do que se pode imaginar, estamos sendo vigiados constantemente. Devemos ter consciência que a relação de poder é exercida a todo instante, pela sociedade (Estado-mercado de trabalho-sociedade civil), provocando ações que, interferem na formação dos indivíduos, nas suas emoções e forma como encaram a realidade.

A pressão que sofre exaustivamente leva o indivíduo ao descontrole; é preciso que esse poder não seja aplicado como forma de desagregação, de subjugar as vontades, pensamentos e os anseios, e sim, encontrar o ponto de equilíbrio entre o poder e o saber para a formação e constituição de uma sociedade como um todo, evitando o mal-estar do indivíduo que acarreta o mal-estar coletivo.

O relato da humanidade tem-nos indicado o gosto que o homem possui pela bebida alcoólica; desde sempre, está fora escolhida para aliviar os cansaços, as angústias e libertar as

² Este é o pensamento das teorias interacionistas, que não admite a lei como única fonte de legitimidade, mas as escolas, o sistema judiciário, e as instâncias de produção normativas, em que os valores da sociedade e normas estão diretamente relacionados, semelhante a esse modelo seguiu a política de combate às drogas e o álcool em Portugal.

³ O controle social vai estigmatizar e rotular todos aqueles que não atuam conforme as normas de condutas impostas sejam estas morais ou normativas, o problema desse processo de estigmatização passa pela dificuldade que o indivíduo enfrenta ao se desvincular desse rótulo, mesmo quando já não o possui, o que faz nascer as subculturas. Nesse sentido ainda, Becker e Lamert.

tensões, já que o seu uso tem a capacidade de ‘fazer esquecer’ os problemas, ainda que temporariamente, estando a nossa existência permeada pelo seu consumo⁴.

O primeiro relato de que se tem conhecimento de embriaguez foi no Antigo Testamento, quando Nóe, após o dilúvio plantou vinha e fez o vinho, fazendo uso da bebida até se embriagar, episódio retratado por Michelangelo no teto da capela Sistina Vaticano.

Acredita-se que a bebida alcoólica teve origem durante o período Neolítico, quando, a partir de um processo de fermentação natural, ocorrido há aproximadamente dez mil anos, o ser humano passou a consumir e a atribuir significados diversos ao uso do álcool, de acordo com a utilidade e cada cultura.

Os celtas, gregos, romanos, egípcios e babilônios registraram, de alguma forma, o consumo e a produção de bebidas alcoólicas.

Na Grécia e em Roma, o solo era especialmente rico para o cultivo da uva e produção do vinho. O vinho era a bebida mais difundida nos dois impérios, dada a sua importância social, religiosa e medicamentosa.

Na Grécia Antiga, mencionavam-se duas divindades de primeira grandeza para os humanos: Demetér, a deusa da agricultura que nutria os humanos através de alimentos sólidos, e Dionísio, o deus do vinho e da festa (para os Romanos Baco).

O vinho participava ativamente das celebrações sociais e religiosas greco-romanas, mas o abuso do álcool e a embriaguez eram severamente censurados pela Igreja e pela sociedade, como comportamentos desviantes.

No Egito Antigo, os egípcios deixaram registradas nos papiros as etapas de fabricação, produção e comercialização da cerveja e do vinho; já se começa a falar em circulação do álcool; acreditavam que as bebidas fermentadas eliminavam os germes e parasitas provenientes das águas do Nilo.

Já na Idade Média, há uma crescente comercialização do vinho e da cerveja e começam a ocorrer às intoxicações alcólicas, as bebedeiras, que deixam de ser apenas condenadas pela Igreja, e passam a ser considerado um pecado por esta instituição e severamente punido, fazendo surgir regulamentações do consumo do álcool.

⁴ (Mello, Barrias e Breda, 2001).

As instituições políticas e de poder, na Idade Média, passam a controlar e regulamentar o uso do álcool. O uso de bebidas alcóolicas começa a ser um problema social quando, simultaneamente, surgem, circunstâncias culturais e sociais que fomentam de forma generalizada o seu uso e se desenvolvem atitudes contrárias de repúdio, que passam a ser incompatíveis com o uso considerado excessivo.

Já na Idade Moderna, na renascença, passa a haver fiscalização, nos cabarés e tabernas, sendo estipulados horários de funcionamento, já que, nestes locais o consumo do álcool podia ocorrer livremente, bem como podia haver livremente manifestações dos debates políticos, o que mais tarde se desencadearia na Revolução Francesa.

Começam a surgir as primeiras bebidas mais fortes e mais perigosas, com o desenvolvimento do processo de destilação. Com a Revolução Industrial e a produção em série, as bebidas passaram a ser produzidas em larga escala, o que aumentou espantosamente o número de consumidores e, por consequência, os problemas sociais causados pelo abuso do consumo do álcool.

Nesta altura, podemos falar em grandes problemas sociais, enfrentados por abuso do consumo do álcool diretamente relacionado ao problema do empobrecimento da massa operária, culminada com as diversas transformações econômicas sofridas no fim do século XVIII.

O início da Revolução Industrial é acompanhado por mudanças demográficas e de comportamentos sociais na Europa; é neste período que o uso desenfreado da bebida passa a ser visto por alguns como uma desordem ou doença.

Durante o século XX, alguns países adotam algumas medidas para tentar barrar a desorganização causada pelo consumo excessivo do álcool, a França passou a estabelecer a maioridade de 18 anos para o consumo, os EUA, em 1920, decreta a Lei Seca que teve duração de 12 anos.

a) Os primeiros diagnósticos e a instabilidade social

Na antiguidade, só a embriaguez era considerada perturbação e algo que se podia evitar, sendo ignorado o fenômeno do alcoolismo crônico; só na segunda metade do séc. XIX⁵, em

⁵ Nos finais do séc. XIX, o alcoolismo coletivo já estava instalado como uma questão de interesse público e social, principalmente em países vitivinícolas e com a cultura europeia mediterrânica de consumo do vinho, na qual os casos

França o conceito de alcoolismo é desenvolvido como doença e não visto apenas como vício, surgindo a preocupação com o crescente consumo médio anual de álcool e a abordagem científica na conscientização dos problemas ligados ao consumo de álcool e os danos para a saúde pública⁶.

Em 1952, com a primeira edição do DSM-I foi que o alcoolismo passou a ser tratado como doença, mas foi a partir da 8ª Conferência Mundial de Saúde, em 1967, quando o conceito de doença do alcoolismo foi incorporado pela OMS à Classificação Internacional das Doenças (CID-8⁷). Os problemas relacionados ao alcoolismo foram divididos em três categorias: dependência, episódios de beber excessivo (abuso) e beber excessivo habitual.

Desde os tempos mais remotos, a definição de alcoolismo está associada ao *status* social, uma espécie de suporte às interações e relações sociais. No primeiro momento, a dependência de álcool foi caracterizada pelo uso compulsivo de bebidas alcólicas e pelo aparecimento de sintomas de abstinência após a interrupção do uso do álcool.

Mas foi em 1849 que surgiram o termo alcoolismo e as suas primeiras definições⁸, observadas nos sujeitos que consumiam bebidas alcólicas de forma contínua e excessiva, durante longo tempo. Com Morton Jellinek⁹, a definição de alcoolismo foi reestruturada e o comportamento do alcóico passou a ser classificado como doença, o que motivou uma repercussão negativa e social.

A escola americana de Jellinek identificou diversos problemas importantes quanto à compreensão e complexidade que estão na origem da dependência do álcool. Jellinek conceituou o alcoolista¹⁰ como todo indivíduo cujo consumo de bebidas alcólicas pudesse prejudicar o

de alcoolismo aumentaram desenfreadamente e principalmente em famílias de poder econômico baixo, cujo vinho era complemento alimentar e fonte de calor (Carvalho, 2002).

⁶ Zago, 1996.

⁷ No CID-8, os problemas relacionados ao uso de álcool foram inseridos dentro de uma categoria mais ampla de transtornos de personalidade e de neuroses.

⁸ Magnus Huss, que o definiu como “o conjunto de manifestações patológicas do sistema nervoso, nas esferas psíquica, sensitiva e motora”, mais em (www.psicologia.com.pt consult. Em 15 de jun de 2016).

⁹ Jellinek EM. The disease concept of alcoholism. New Brunswick: Hillhouse Press, 1960.

¹⁰ World Health Organization – WHO. Global status report on alcohol. Genebra: WHO, 2004.

próprio, a sociedade ou ambos, e categorizou o alcoolismo como doença, tendo como base as quantidades de álcool consumidas.

A OMS¹¹, por sua vez, define o alcoolista como um bebedor excessivo em que a dependência em relação ao álcool é acompanhada de perturbações mentais, da saúde física, da relação com os outros e do comportamento tanto social quanto econômico¹².

Importante ter em mente que nem todas as pessoas estão igualmente propensas a se tornar dependentes do álcool; para que ocorra a dependência alcóolica, é fundamental que haja vulnerabilidade e suscetibilidade em relação à dependência, que são fomentadas por condições biológicas, psicológicas, sociais e ambientais.

No presente trabalho interessa-nos falar dos sintomas psicológicos que o consumo excessivo do álcool provoca, para que possamos vincular o comportamento do agressor com a violência doméstica; caracterizam-se três elementos principais, a saber: a alteração do comportamento face ao álcool, a perda de controle e o desejo intenso de consumi-lo.

Ainda nos efeitos causados pelo uso excessivo do álcool, os sintomas psíquicos, que acarretam na ansiedade, irritabilidade e humor depressivo, que não são visivelmente identificados, mas que demasiado afetam a convivência do indivíduo agressor.

Jellinek¹³ criou um conceito para descrever a perda do controle, que ajudou muito na compreensão da dependência alcóolica, pois um dos principais fenômenos da dependência é a dificuldade de controle. Outro fenômeno da dependência é o desejo obsessivo e intenso de consumir o álcool (*craving*)¹⁴.

¹¹ *Ibidem*.

¹² Heckmann, Wolfgang, and Camila Magalhães Silveira. "Dependência do álcool: aspectos clínicos e diagnósticos." *Andrade AG, Anthony JC, Silveira CM. Álcool e suas consequências: uma abordagem multiconceitual. Barueri (SP): Minha Editora (2009): 67-87.*

¹³ Jellinek EM. *The disease concept of alcoholism*. New Brunswick: Hillhouse Press, 1960.

¹⁴ O indivíduo alcoolizado nunca está satisfeito com a quantidade consumida, o que o faz encontrar inúmeros motivos para consumir mais bebidas alcoólicas, é desta dependência que atribuímos ao agressor de violência doméstica e não ao alcóolico eventual.

Existem muitos indivíduos que não demonstram aparentemente o diagnóstico de dependência alcoólica¹⁵, mas que possuem a dependência; é aí que os problemas provenientes do uso abusivo do álcool começam a afetar diversas áreas de atuação na vida do indivíduo, como na família, no trabalho e na saúde, porque aparentemente é uma pessoa que bebe socialmente, enquanto na verdade é um dependente alcoólico¹⁶.

b) *O Álcool e a sua dependência*

A totalidade dos problemas motivados pelo uso álcool, constitui o alcoolismo que se estende por vários planos, a causar perturbações orgânicas e psíquicas, na vida familiar, profissional e social, a acarretar ainda nas questões econômicas, legais e morais do indivíduo.

Por ser tão complexa a problemática da dependência alcoólica, Cloninger¹⁷ propôs três classificações para a personalidade, que são: a procura da novidade, a evitação do perigo e a busca da recompensa, classificando, ainda, o alcoolismo segundo duas tipologias.

Na primeira tipologia, classificou que alcoolismo é decorrente do meio, a progressão é lenta e os fatores estão ligados ao meio e à genética - esta é a forma mais frequente do alcoolismo e a equivalência está relacionada a ambos os sexos.

Já na segunda tipologia, foi definida como alcoolismo exclusivamente masculino, que possui uma progressão rápida para desenvolver a dependência, causando alterações no comportamento durante as intoxicações e causando impulsividade de comportamentos e de comunicação.

Nessa forma de alcoolismo¹⁸, os comportamentos são bastante alterados e marcados por impulsividade, agressividade e procura de sensações fortes, com rápida evolução para a dependência alcoólica, uma vez que implicam no consumo diário, excessivo e intermitente.

¹⁵ Silveira CM, Pang W, Andrade A, Andrade LH. Heavy Episodic drinking in the São Paulo epidemiologic catchment area study in Brazil: gender and socio-demographic correlates. *J of Stud on Alcohol* 2007; 68:18-27.

¹⁶ Morse RM, Flavin DK. The definition of alcoholism. The Joint Committee of the National Council on Alcoholism and Drug Dependence and the American Society of Addiction Medicine to Study the Definition and Criteria for the Diagnosis of Alcoholism. *JAMA* 1992; 268:8. A identificação precoce do alcoolismo é difícil, pois os prejuízos, psicológicos, físicos e intelectual, causados pelo álcool, não se mostram tão evidentes nos estágios iniciais.

¹⁷ Cloninger CR. A systematic method for clinical description and classification of personality variations. *Arch Gen Psych*, 1987;44(6):573-88.

¹⁸ Adés e Lejoyeux⁷ propuseram uma classificação que integra a classificação de Cloninger com o alcoolismo primário e secundário.

Jellinek classificou os níveis de alcoolismo, possíveis de serem desenvolvidos pelo indivíduo, identificados pelas letras do alfabeto grego, não como forma de graduá-lo, mas para definir e indicar os problemas sociais e terapêuticos específicos de cada tipo de alcoolismo.

Assim como não existe uma graduação nos níveis de classificação, a necessidade de tratamento não depende do tipo de alcoolismo, mas varia de acordo com os aspectos individuais e sociais do dependente que está vinculada a uma gama significativa de situações adversas.

Babor¹⁹ foi o primeiro a descrever os sintomas do alcoolismo familiar, cuja dependência classificou como mais grave, com uma maior frequência de associação com outras drogas e comorbidade psicopatológica, em que os fatores de risco na infância são maiores, como comportamentos agressivos e impulsividade, situação em que já existe a pré-disposição e o comportamento interiorizado.

Já resta evidenciado que estamos a tratar do alcoolismo como processo de doença, e não de comportamentos alcóolicos, e que os sintomas de abuso do álcool não devem satisfazer os critérios de dependência alcóolica²⁰.

Existem vários fatores de enquadramento do indivíduo e a sua relação com o consumo do álcool, até o percurso da dependência; são alguns deles: pressão social, necessidade de expressar uma situação social ou de um determinado comportamento no ambiente familiar. A isso se somam fatores condicionais, como mudanças culturais e fatores políticos, que diretamente estão atrelados ao status socioeconômico.

Nesse âmbito de raciocínio é que tratamos do problema do álcool, no campo da violência doméstica e familiar, em que o indivíduo já doente pelos fatores externos da sociedade e globalização, já não se desvincula da dependência, por sofrer de alteração da personalidade diante dos alívios que o álcool proporciona, pratica a violência doméstica, tema que trataremos no próximo capítulo.

¹⁹ Babor TF, Hofmann M, DelBoca FK et al. Types alcoholics. 1. Evidence for na empirically derived typology based on indicators of vulnerability and severity. Arch Gen Psych, 1992. 49(8):599-608.

²⁰ Mais informações e distinções no IV Manual Diagnóstico Estatístico (DSM-IV) da Associação Americana de Psiquiatria, American Psychiatric Association – APA. Diagnostic and statistical manual of mental disorders (DSM-IV). 4. ed. Washington: American Psychiatric Association, 1994, em que a dependência do álcool é definida como a repetição de problemas decorrentes do uso do álcool.

A dependência alcóolica é um problema de saúde que afeta toda a sociedade, gerando danos à saúde do indivíduo que apresenta comportamento agressivo e violento (aqui nos interessa o âmbito familiar), porquanto o uso continuado da substância, apesar de problemas sociais ou interpessoais persistentes ou recorrentes causados ou exacerbados pelos efeitos da substância gera discussões com o cônjuge acerca das consequências da intoxicação ou lutas corporais²¹, problemas psicossociais na família, comportamento antissocial e um risco maior para transtornos psiquiátricos.

A bebida tem um efeito direto no Sistema Nervoso Central, que leva o usuário a uma alteração do consciente, de prazer emocional, o que o conduz a associar as sensações de alegria ao uso do álcool e dessa forma se inicia a dependência pelo álcool.

Por provocar alteração da realidade e por seus efeitos psicodinâmicos é que muitos indivíduos procuram auxílio no uso do álcool; nesse âmbito se enquadram os agressores alcoólatras que possuem baixa situação econômica²², segmento em que o maior de violência doméstica se verifica.

Estimativas apontam que 12,1% da população mundial são dependentes de álcool, e que o uso começa na infância, revelando que a família tem grande responsabilidade na reprodução na fase adulta, e que naquelas famílias em que se vivenciam situações de violência doméstica, existe maior probabilidade do uso abusivo do álcool²³.

A dependência do álcool não tem cura, tão somente controle, porque o organismo do alcoólatra possui um mecanismo chamado memória do álcool, que faz com que o abstêmio volte a beber na mesma intensidade que bebia antes, com apenas uma dose.

A obsessão gradativa pela bebida se instala lentamente na ‘vítima’, até nos últimos estágios, a dominá-la inteiramente. O alcoolista coloca o álcool (droga) como o centro dos seus objetivos e bebe todos os dias; é uma doença incurável, progressiva e de terminação fatal; e

²¹ Ver mais definições em American Psychiatric Association – APA. Diagnostic and statistical manual of mental disorders (DSM-IV). 4.ed. Washington: American Psychiatric Association, 1994.

²² São algumas doenças causadas a nível cerebral pelo uso excessivo do álcool, neuropatia periférica, atrofia do cerebelo, distúrbios de coordenação, delírios, alterações de humor e demência, além da Síndrome De Wernicke-Korsakoff.

²³ Alavarse GMAC, Barros MD. Álcool e adolescência: o perfil de consumidores de um município do norte do Paraná. Esc Anna Nery. 2006;3(10):408-16.

ademais, com a dependência surge a violência ou ao menos o impulso para uma situação sem retorno.

A Subjetividade do consumo do álcool está diretamente relacionada aos problemas sociais enfrentados pelo indivíduo, que os interioriza, causando o mal-estar individual, que, em muitas das vezes, tem início na hierarquização do poder, nomeadamente relacionada à pobreza, em que o uso do álcool provoca a catarse.

3. ELO, ÁLCOOL E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

3.1. Hierarquização da sociedade e estigma do gênero

A supremacia do homem nas relações sociais tem como definição o patriarcalismo²⁴, que também se estende às situações em que o homem domina familiares, empregados ou aspectos políticos de uma organização social.

Na vigência do patriarcalismo, as relações humanas são constituídas em patamares desiguais e hierarquizados, que perduram até os dias atuais, criando o que ainda é determinante nas relações o *status* social, que causa o flagelo humano e social.

a) Patriarcalismo x Vitimização

Neste contexto, de busca pelo poder e manutenção do *status* social, o homem precisa constantemente reafirmar o seu papel social, a sua masculinidade, e defender o seu espaço, seja nas relações pessoais, seja na forma de se posicionar no mundo, o que leva ao conflito.

O homem, quando desempregado, sente-se impotente, porque destituído do papel principal de provedor do lar, que define sua masculinidade, o que ameaça a hierarquia doméstica.

Já com problemas externos de se relacionar, humilhado pela organização da sociedade, o próprio gênero acaba por provocar no homem um paradigma, pois não mais o de dominante, mas uma confusão mental, a perda da referência.

²⁴ É um erro dizer que na história da humanidade o homem sempre foi superior a mulher nas relações sociais, pois o patriarcalismo apenas inverteu a ordem de supremacia, em que muitas civilizações tinham a mulher como superior, o matriarcalismo.

Com a dinâmica do contexto social em que o indivíduo se encontra inserido, aliada ao nível de pobreza, começa a se desenhar a problemática familiar ligada ao consumo do álcool e ao domínio doméstico, situação em que o homem faz exercer o seu papel de autoritarismo; a mulher, por sua vez, já vítima das sequelas sociais, inclusive dessas relações de poder construídas historicamente, inferiorizada, aceita a realidade da agressão como um fenômeno natural.

Diante deste conjunto, vítima da violência de gênero²⁵, aos poucos a mulher vai perdendo a autoestima e, dessa forma, responsabiliza-se por todo tipo de agressão sofrida, aceitando a realidade na qual se encontra inserida, acomodando-se a relação e não vislumbra uma separação²⁶, nomeadamente quando envolve os filhos.

Essa concepção, também atribuída ao imaginário coletivo, permanece cristalizada na desigualdade entre os sexos; desse modo, culpabiliza-se a mulher pelas agressões sofridas, ao considerar-se que ela as provoca ou as estimula.

a) O mal-estar individual como sintoma do mal-estar social

Aqui faremos uma digressão mental, para analisar o fenômeno da violência doméstica, pela perspectiva do surgimento do mal-estar individual (Psicanálise de Freud) como sintoma do mal-estar social²⁷ (Marx – sintoma de exploração).

Necessário ter em mente que a relação entre o marxismo e a psicanálise de Freud deve ser compreendida como dois momentos que se completam e se refutam²⁸, uma vez que as teorias são extremas uma da outra e funcionam como limites negativos, sob a perspectiva do objeto, um no campo do coletivo e o outro no da singularidade.

O marxismo como processo objetivo de exploração e subjetivação do indivíduo e que representa o universal; já a psicanálise representa o processo social na perspectiva do sujeito, de subjetivação que surge da relação com outros sujeitos, e que representa o particular, ou seja, a dimensão pessoal do processo de dominação denunciado por Marx.

²⁵ Denomina violência de gênero, porquanto, é a violência exercida por um sexo sobre o sexo oposto, um conceito que, em geral, o sujeito passivo é a mulher.

²⁶ TAVARES, 2010.

²⁷ Sob uma crítica Marxista da sociedade de massas contemporânea, ou seja, uma crítica da economia política que desmistifica o processo social e econômico do modo de produção capitalista.

²⁸ ROUANET, 1989, p. 74. “essas teorias, são o limite negativo uma da outra, são dois modos de explicar a realidade da sociedade alienada, dois instrumentos de análise cujo uso é determinado pelas exigências do objeto”.

Os efeitos causados pela exploração capitalista (a globalização) no “comportamento” do indivíduo, os dois lados de um mesmo “fato”, duas probabilidades de uma mesma realidade, a do indivíduo assujeitado, explorado, contaminado hierarquizado e alienado, se tocam, como uma relação de causa e efeito.

O primeiro apresenta a base social do fenômeno, e o segundo a base psíquica correspondente, que se alimentam e se reproduzem, uma simbiose²⁹, em que um completa o outro.

Deste modo, expressam-se na realidade as circunstâncias enfrentadas pelo indivíduo diante da dinâmica e contextos apresentados pela busca desenfreada por uma realização pessoal em uma sociedade individualizada e que reproduz os estigmas da exclusão social, uma linguagem do singular no qual o todo pode ser reconhecido.

Assim, impossível romper o antagonismo entre o global e o particular, entre as exigências e necessidades, da sociedade repressiva e as individuais³⁰. Nesta barreira intransponível encontra-se a dificuldade em romper os obstáculos sociais e diferenças individuais.

Este efeito da globalização nos indivíduos, e vice-versa, é um fato baseado na experiência que gera o afastamento e rotulação dos indivíduos, ao mesmo tempo em que esperam construir uma relação igualitária, não conseguem se desvencilhar totalmente de um modelo hierarquizado, causando a segregação.

Vislumbrando o fenômeno pelo ângulo de incriminação e destituição das relações e poderes afetados, devem-se elencar a normatização e transformação do comportamento social e das formas de assimilação do problema, para efeito de reeducação, a mudar a mentalidade e comportamento social como um todo.

Ocorre que expressar a teoria Freudiana sobre o comportamento individual causado pelo mal-estar social, pelo próprio meio social, implicaria em alterar a realidade opressiva, já que está é a causa dos males e doenças psíquicas e do sofrimento humano; entre transformar a realidade e a teoria, transformaram o objeto³¹, sujeito do desejo da psicanálise.

A análise Freudiana implica na dialética de que as imposições da civilização são a fonte do sofrimento humano, que acaba por levar à conclusão de que esse sofrimento é inevitável; a psicanálise,

²⁹ As teorias devem ser assimiladas como uma relação dialógica e não sistemática, ponderando-se e ponderando qualquer pretensão a totalidade.

³⁰ Rouanet, 1989.

³¹ A análise do indivíduo surgia da própria mediação social, as angústias, as neuroses, o negativismo, da própria civilização, os conflitos psíquicos, portanto, não desapareceram, mas agora se dão de outra forma e devem ser analisado sob este prisma, não mais compartilha do modelo pessimista.

sob esse ponto de vista, acaba por se inclinar diante do princípio da realidade, o que levaria à perpetuação de uma falsa consciência³², de que a infelicidade é inerente à vida social.

Freud descobriu, portanto, na análise da doença “individual” a doença “geral” da civilização, a base do sofrimento humano e individual, partindo da perspectiva individual, avaliando o sofrimento, a infelicidade, a angústia e as várias doenças psíquicas, o que o levou à conclusão de que a própria civilização nega ao indivíduo a felicidade e a satisfação, pela própria composição e organização³³.

Na ótica de Freud, o indivíduo é infeliz, não possui autonomia, é reprimido e determinado, tanto na história da espécie, quanto na história individual; portanto, esse pessimismo realista permite romper a ilusão frente a uma realidade, que se apresenta como harmônica, mas o é, opressiva.

O confronto da satisfação das necessidades e anseios individuais e as exigências da sociedade criam uma realidade alienada, surgindo o mal-estar individual, as contradições e transformações da sociedade que se estagna com a divisão de classes, e aqui voltamos ao ponto crucial, às disputas pelo poder, a hierarquia e ao incansável querer/manter o *status* social.

c) *Subjetividade x Globalização*

Determinadas condições de vida criam formas de se estar no mundo³⁴, os aspectos econômicos e culturais, a cidade, o emprego e o desemprego, o medo e a violência, a miséria, as diferenças, a falta de perspectiva, as políticas públicas criam no indivíduo uma subjetividade, um mal-estar social e tudo se relaciona e coopera para que esse sistema perpetue.

O modo de vida da sociedade capitalista reforça cada vez mais essa subjetividade, as contradições na possibilidade de libertação do indivíduo e emancipação que lhe são intrínsecas e ao mesmo tempo reais, mas que levam à mortificação da vida humana, pois se a felicidade for concebida apenas individualmente ela é falsa, o que origina o elo infelicidade e progresso (globalização).

A libertação e a felicidade são condições que só podem ser concebidas quando todos os indivíduos tiverem acesso às riquezas produzidas, e não por um restrito grupo de classes sociais, mas, sobretudo

³² Rouanet, 1989, p. 94. Ao passo que Freud mostra que a infelicidade é fruto da cultura, postula a infelicidade como própria da vida social.

³³ Marx, Karl. *O capital: crítica da economia política*. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Livro I. Tomo II.

³⁴ Machado, 2008, p.191.

quando essas riquezas não mais estiverem vinculadas ao sofrimento, exploração e miséria, a destruição e o sucateamento humano³⁵, o que nos remete à utopia, mas que deveria ser a realidade.

A relação entre os sujeitos produz valor no momento em que gera a força criadora do trabalho, condição categórica da vida do indivíduo; trabalhar assegura a própria vida, gera a forma de sobrevivência, não existe como coisa objetiva, mas como subjetividade³⁶, que o torna capaz e o dignifica, impregnando a totalidade do ser.

Todo sujeito é sempre coletivo; quando este fala muitas vezes falam nele, muitas histórias atravessam a vossa história, e isso se torna mais complexo quando se pensa no terreno do trabalho, do desemprego, da miserabilidade, da violência; somente a composição do indivíduo é singular, o que o difere de todos, mas o todo, o que ele se torna é partilhado por muita gente.

Com isso, percebe-se que os regimes de dominação, que estão em curso no nosso tempo no fenômeno da globalização, produzem o individualismo, como desejo e como uma necessidade³⁷, pois, precisa se destacar, demonstrar competências, deixando de ser solidário.

O sujeito atual que intenta ingressar na sociabilidade é cada vez mais autocentrado, egoico, descrente das esferas coletivas, pois anseia destacar-se, ser competitivo e eximido das responsabilidades sociais e morais³⁸. O capitalismo hoje é internalizado pelos sujeitos através de intuições, normatizações e legislações que irão dar sustentabilidade a uma desigualdade instituída, com o aspecto de igualdade³⁹.

Sob essa ótica, o sujeito coisifica-se, se fragiliza e se fragmenta, transformando-se na qualidade de produtor de coisas e de sua própria consciência.

A dominação masculina está presente no interior do mundo doméstico e, baseada na diferença biológica entre os sexos, manifesta-se por meio das relações de gênero, aqui entendidas como relações de poder construídas historicamente, por meio de uma hierarquia/antagonismo de gênero, caracterizada por

³⁵ Heller, 1982, no mesmo sentido Habermas (1987, p. 109), afirma que “as deformações de um mundo da vida regulamentado, analisada, controlado e protegido são, certamente, mais refinadas que as formas palpáveis de exploração material e empobrecimento. Mas nem por isso os conflitos sociais deslocados e internalizados no psíquico e no corpóreo são menos destrutivos”.

³⁶ Duarte, 2000. “Foucault, Guattari e Deleuze, defendem que a subjetividade se dá devido às mutações, disposições, meios com que as configurações subjetivas (individuais) se engendram no contexto sócio, histórico, político, cultural e econômico e não apenas na esfera do trabalho, mas com o todo, na compreensão real da vida”.

³⁷ Rouanet, 1993. Para Freud o homem sempre foi um inimigo em potencial, pelo seu individualismo.

³⁸ Bisneto, 2007, p. 186. “São cada vez mais típicas do neoliberalismo em tempos de globalização, “intimismo individualista, imaginário introspectivo e a fixação em razões fantasmáticas e fantasiosas que proporcionam uma regressão psicológica””.

³⁹ *Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 101, p. 121-145, jan.-mar./2010.

uma assimetria no que se refere a posições e espaços ocupados por homens e mulheres, tanto na esfera pública como privada.

Para explicar o fenômeno do alcoolismo, como impulsionador da violência doméstica, necessário se destacar que, entre as classes populares, o modelo hierárquico de família ainda se impõe ancorado no ideário patriarcalista, que legitima a dominação do homem sobre a mulher.

Gueiros, citando Sarti, explica que, ao contrário das famílias de classes médias, entre as famílias pobres o espaço doméstico torna-se *locus* onde o homem pode exercer a sua autoridade⁴⁰, seu domínio, sua masculinidade, uma vez que suas precárias condições de vida e trabalho o impedem de fazê-lo no âmbito público⁴¹.

A configuração das famílias pobres e sua estrutura diferem do modelo de organização nuclear de classe média, porquanto assegura a sobrevivência do grupo doméstico; este é o foco do presente trabalho, mostrar como as relações acontecem e por que o álcool é um vilão na família, impulsiona a violência doméstica e se perpetua especialmente nas famílias pobres.

As mulheres pobres, diferentemente das outras mulheres, não se deixam enveredar pelo romanticismo, pois estão são filhas do abandono, da exploração e do desamparado; desde cedo se deparam com os problemas sociais, com a miséria, com o desemprego e na maior parte das vezes são vítimas de violência doméstica.

Para estas mulheres que aprenderam, desde cedo, o fenômeno da exclusão social provocada pela globalização, pela perpetuação do modelo hierarquizado, tem no casamento a via de libertação, por meio da qual cuidarão da sua própria casa, do seu homem, dos seus filhos, e não das casas dos outros.

O homem se torna uma fonte de “segurança”, pois idealizam o casamento como uma esperança de melhoria de vida, ainda que esse casamento possa representar a sua “morte”⁴².

Nessa esfera da família pobre, ser um bom marido é ser trabalhador, o bom marido é aquele que, com o seu trabalho, coloca comida em casa, que alimenta a família; quando o homem não o consegue, sente-se diminuído, isso, porque o trabalho tem seu valor moral, vinculado ao *status* do trabalhador⁴³.

Como já dito, o homem tem seu papel definido no grupo doméstico e a este se associa a função do “ganha-pão” e não à execução propriamente dita da atividade, mas quem exerce a supremacia.

⁴⁰ Gueiros, 2002.

⁴¹ Tavares, Márcia Santana. (2010). Com açúcar e sem afeto: a trajetória de vida amorosa de mulheres das classes populares em Aracaju/SE. *Serviço Social & Sociedade*, (101), 121-145.

⁴² Quintas, 1986, p. 147. "Tudo indica que para a mulher pobre a vida começa quando se 'casa', embora essa união possa vir a representar uma 'via crucis'...".

⁴³ Zaluar (1985, p. 120-121).

Aqui se encontra a razão de haver uma recorrência masculina ao uso excessivo de bebida alcoólica, principalmente quando as dificuldades começam a surgir, notadamente quando os filhos são pequenos as despesas aumentam, juntamente com as obrigações familiares ou especialmente quando o homem perde o emprego, seja pela globalização, seja pelo uso excessivo do álcool.

Voltamos ao problema inicial, da angústia, do sofrimento e do gênero que aprisiona o homem que, desempregado - aqui já não se pode delimitar se desempregado porque bebe ou se bebe porque desempregado – sente-se impotente; alcoólatra passa agredir a mulher por sofrer as amarras da vida social, que com o agravamento da doença padece ainda mais.

Nesse conjunto, as mulheres mesmo infelizes no casamento, não se separam atreladas a uma moralidade, do núcleo familiar, relacionada à necessidade de proteger os filhos ou a garantia de subsistência, pois, mesmo que seja pouco, ainda contribui para as despesas, ou é ele o dono do local onde residem.

Na conjuntura do capitalismo, as oportunidades de emprego para as mulheres com baixa escolaridade, que é o caso das mulheres pobres, concentram-se em trabalhos precarizados, o que agrava a feminização da pobreza, conseqüentemente a preservação da hierarquia do gênero⁴⁴.

Outro aspecto que torna ainda mais complexo o fenômeno do alcoolismo, da pobreza e da violência doméstica, é a crença de que é o álcool o responsável pelas agressões, o que diminui a culpa do agressor e aumenta a tolerância da vítima.

O agressor, dependente, comete a violência contra a companheira que não o denuncia porque quando este não está sob o efeito do álcool a agressão não ocorre; nestas realidades, as denúncias só acontecem quando existe o real risco de morte.

No caso do agressor alcoólatra, a bebida chega ao cérebro, aguça o sistema nervoso simpático, rebaixa a crítica de consciência e aumenta a agressividade; impulsionado pelos problemas sociais já mencionados, agride a mulher; muitos pesquisadores afirmam que o álcool que move a violência doméstica.

Os principais tipos de agressão cometida pelo agressor alcoolêmico são lesões corporais e agressões morais contra a vítima, sendo comum acontecerem agressões psicológicas e constrangimento. A mulher não entende o sexo forçado como violência, caso esteja casada ou viva com o agressor, por isso não ser está uma causa apontada, como agressão⁴⁵.

⁴⁴ Butto, 1998.

⁴⁵ Fonte – Data Senado, 2015.

A mulher não denuncia o marido, por medo de apanhar, por vergonha da família e perante a sociedade, por acreditar que a agressão cessa enquanto ele estiver sóbrio, por necessidade de proteger os filhos, por já ter vivido uma infância desagregada e não querer que os filhos passem pela mesma situação. Em quase metade das agressões que acontecem em casa, os agressores estavam embriagados; estudos apontam que 40% – 42% da violência doméstica apontam o consumo de álcool.

A mulher pobre não cogita se separar; quando ela comparece a delegacia, ela quer tão somente que seja reestabelecida a harmonia familiar e não que o marido seja preso, que a delegada⁴⁶ dê uma “prensa” no marido para que ele pare de beber e agredir, porque o senso comum formado em relação ao alcoolatra é que a pessoa que bebe é ‘sem-vergonha na cara’, desocupado ou vagabundo.

A mulher pobre tem cicatrizes acumuladas desde a infância e, ao casar, não vislumbra a separação, ainda que esteja sofrendo a violência doméstica, pois se instala nesta mulher um sentimento de inferioridade, de submissão; e o mais importante é preservar os vínculos entre os filhos, protegendo-os, ainda que a realidade enfrentada não seja superada, pois a mulher já não respira a própria vida, mas a dos filhos, e passa a viver para estes independentemente do que está a suportar.

4. DESALINHAR, ÁLCOOL E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

a) Sistemas de Patologia Gerados

Como já mencionado, tanto a violência doméstica quanto o alcoolismo são fenômenos complexos, estando ligados causa maior dificuldade no enfrentamento dos problemas, já que não se resume apenas em aplicar o texto da lei, por entendermos que o agressor padece de sociabilidade e carece de punibilidade, por ser doente, assim não se pode determinar até que ponto essa agressão é pensada. Em outras palavras, um funciona como fósforo aceso dentro de um barril de pólvora do outro.

O fenômeno do alcoolismo que gera a violência doméstica é um tema complexo que gera um sistema de patologia dos dois lados: o de quem bate porque se entende nessa condição desde sempre, é alcoolatra e incapaz de compreender a realidade; e o de quem apanha porque acredita que este é o seu destino, é inferiorizada, vítima do sistema que reproduz a violência familiar e as diferenças sociais.

⁴⁶ No Brasil a violência doméstica é cometida apenas pelo homem contra a mulher, sendo a mulher a vítima, por isso ser denominada de gênero, existe uma delegacia especializada para tratar o crime, em Portugal à violência doméstica pode ser em relação ao homem, não tem a questão do gênero, sendo requisito que esta ocorra no âmbito familiar.

Na visão da Dra. Carlota Pizzaro, em orientação oral, a pessoa tem que ser desprogramada e programada de novo, porque é uma interiorização que leva o indivíduo àquela convicção e de que essa realidade é normal, e que está tudo a correr dentro da normalidade, porque de fato é assim que deve ser.

A patologia do álcool é grave, deve ser entendida como problema que adoce o agressor (que de fato é um dependente) como toda a família, e esta se torna vítima duas vezes, pelo alcoolismo em si e pela violência dele originado.

O fenômeno é tão grave que se estima que a quantidade de dependentes de álcool (bebida social que apresenta alguns tabus) seja o dobro dos dependentes das drogas ilícitas, o estrago provocado no dependente, na família e na sociedade chega a ser tão avassalador quanto o crack e a cocaína.

b) Enfrentamento dos problemas

O enfrentamento dos problemas em situação de violência doméstica⁴⁷ deve principiar pela ação intersetorial e transdisciplinar, para que haja uma comunicação eficaz e adequada, com conteúdos e objetivos ligados ao problema do álcool e da violência doméstica.

Educar a população para combater e prevenir a violência doméstica e familiar, nomeadamente identificando o perfil dos agressores, para que não incorra em ineficácia, criar políticas públicas capazes de superar as vulnerabilidades sociais, desentranhando do ser essas diferenças de gênero e a hierarquização.

Contudo, acredita-se que as políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero devem nortear para a desconstrução de valores sexistas e machistas e para questões culturais e sociais, que não individualizem o problema, que olhem da figura do agressor alcólatra, com a integração do tratamento, e que crie o arquétipo na sociedade que o normal é não haver a violência doméstica.

Na perspectiva das famílias vítimas da violência doméstica existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: é aceitar o inferno e tornar-se parte dele, até o ponto de deixar de percebê-lo, e assim vive a violência doméstica e não denúncia.

⁴⁷ LUCENA *et al.*, 2012.

E a segunda maneira, “é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas: é tentar saber reconhecer, de dentro do inferno, o que não é inferno, e preservá-lo, e abrir espaço”, ou seja, é a vítima querer mudar a realidade de violência que vive ainda isso lhe custe a morte.

São fatores determinantes para as mulheres que não denunciam o medo do agressor, a dependência financeira ou afetiva em relação ao agressor, a percepção de que nada acontece com o agressor, a falta de autoestima, a criação dos filhos como fator preponderante e a vergonha de se separar e de admitir que seja agredida.

Ainda dentro dessa dificuldade de entender o agressor com a dependência, que tem a necessidade de tratamento, e por não haver políticas de saúde, ele permanece doente. Conectados estão os problemas de enfrentamento da própria violência doméstica, de uma lei e medidas protetivas ineficientes na proteção da mulher vítima da agressão, que leva a mulher a não denunciar, a não buscar ajuda, porque, se denuncia causa a própria morte.

5. AS AMARRAS SOCIAIS

a) *Desfragmentar uma construção social e a mentalidade*

O enigma da dominação masculina está presente no mundo contemporâneo, nas relações sociais, no ambiente de trabalho e mais do que nunca no mundo doméstico; é baseado na diferença biológica entre os sexos, que concebe que a mulher é o sexo frágil, manifesta-se por meio da construção de gênero, aqui abrangidas pelas relações de poder construídas historicamente, por meio de uma hierarquia composta por um antagonismo de gênero.

É um sentimento que está incutido em toda a coletividade, que: os homens dominam, são livres para ir e vir, que possuem “mais direitos” (o parecer ser), podem realizar determinados comportamentos que a mulher não podem; e esses processos são reproduzidos corriqueiramente por todos, com naturalidade, sendo confirmado no inconsciente coletivo, tornando as diferenças reais, o que torna falho o processo de desaprendizagem destes atos.

Mesmo as esferas de maior esclarecimento ainda possuem os resquícios deste comportamento, ainda que aparentemente ou diretamente inexistam a intenção de criar as relações de hierarquia e poder, que levam à submissão do gênero, que perduram e se manifestam no mundo exterior.

Ainda nos dias atuais, a mulher, para ser respeitada no casamento, vê-se obrigada a perseguir o crescimento do “eu” e da realização profissional; ainda que não tenha um projeto pessoal ou desejo de exercer atividades domésticas, o marido incentiva a mulher a sair de casa (trabalhar, estudar) desde que isto não interfira nos afazeres domésticos, nos cuidados com a família e os filhos, que perpetuam como uma responsabilidade feminina⁴⁸.

Nota-se que as relações entre os sexos são permeadas por mudanças valorativas, em que novos ideais confrontam com comportamentos modelos tradicionais, que são muitas vezes princípios inamovíveis, o que causa a confusão, pois ao mesmo tempo em que almejam construir uma relação igualitária, não conseguem se desvencilhar totalmente de um modelo hierarquizado. No caso da violência doméstica em que o álcool controla a relação, 40% das vítimas disseram que o agressor deve fazer tratamento psicológico ou com assistentes sociais; 30% acham que deveriam frequentar grupos de agressores para se conscientizarem e 10% acham que a prestação de serviço à comunidade é a melhor alternativa penal, tamanho é o desconhecimento do problema e a condição de submissão e medo que estas mulheres estão inseridas.

De acordo com a Fundação Perseu, o consumo do álcool, juntamente com os ciúmes, são os maiores responsáveis pela violência doméstica contra a mulher.

Até que ponto a prática do crime é uma prática racional, até que ponto é pensado pelo agressor? Não temos essa resposta, mas, em nosso sentir, ele já não é capaz de entender a agressão porque é doente, principalmente por ouvir das vítimas que, quando sóbrio, o companheiro não pratica a violência doméstica.

Torna-se imprescindível a articulação entre as políticas setoriais, a formulação e a implementação de serviços sociais voltados para orientação, apoio e proteção de mulheres vitimizadas pelas diversas expressões da violência. Cabe também alertar para a necessidade de formação especializada dos profissionais que integram núcleos e redes de serviços, de forma a possibilitar o desenvolvimento de práticas sociais de cunho emancipatório.

Portanto, é preciso refletir sobre o alcance dos cursos de geração de renda como mecanismos potencializadores de inclusão social. Somente assim essas e outras mulheres poderão conquistar o direito de ser felizes, corroborando as práticas de tratamento ao agressor para além

⁴⁸ Porchat (1992, p. 112). Como assinala Porchat, afinal "não acha justo que a família, os filhos, sejam prejudicados! Desde que ela 'dê um jeito' para organizar o seu tempo, tudo bem...", sobre entrevistas colhidas com famílias.

da punibilidade, a fim de que a lei seja cumprida e seja a este aplicada a pena, mas que o agressor seja tratado, para que não seja punido duas vezes, já que carente de socialização, e para isso devem-se definir práticas de tratamento, conscientizar e coletivizar o pensamento e colocá-los em prática.

CONCLUSÃO

O olhar que se aplica ao agressor/dependente deve ser atingido por todos, não um olhar discriminatório, de exclusão, como se o problema andasse longe, mas a envolver toda a coletividade na recuperação e prevenção do flagelo humano, educando e interiorizando a sistemática, tanto do ponto de vista da alcoolemia quanto da agressão, compreendendo tanto os indivíduos afetados quanto os ‘alheios’ ao problema.

Deve-se tratar o agressor/dependente, ao mesmo tempo, desfragmentar uma interiorização dos papéis (o homem interioriza o papel de dominante e a mulher interioriza o papel de vítima), uma construção social interiorizada, no agressor, na vítima, e em toda a sociedade, através de políticas públicas, participação dos órgãos de saúde, participação da população, já que o alcoolismo gera desagregação familiar, social e econômica além de agravar o problema da violência doméstica.

Institucionalizar o problema, criar políticas de saúde e de enfrentamento da violência doméstica atrelado ao perfil do agressor (dependente), reduzir os impactos gerados pelo efeito do álcool na agressão, tratar a alcoolemia como elemento a ser combatido e não apenas criar paliativos para tratar o fenômeno, encará-lo como realidade e não como tabu, para cessar a agressão pelo efeito do álcool, bem como incutir na sociedade que não existe fronteira de gênero, hierarquização, que está intrínseca na sociedade a desinteriorizar essa informação.

É desvincular o pensamento preconceituoso aos olhos da inclusão dos indivíduos enfrentando a realidade de torná-los novos agentes da sociedade, para que a subjetividade e objetividade não sejam elementos a causarem desvio de condutas, nem motivos para impulsionarem o indivíduo a sentir-se socialmente não aceito.

Sabemos que não há para o ser humano uma relação de total igualdade e sem relações de poder, mas devemos propagar e criar formas de evitar que essas relações de poder causem um mal-estar social, que afetem a subjetividade do indivíduo; não sabemos como, mas devemos

inciar ao menos tratando do problema; se acharmos que este não tem solução, nunca se conseguirá mover a realidade que aí está.

Para os problemas apresentados não há um resposta global; são vários aspectos interrelacionados e que se transformam dinamicamente, mas imperioso pensar como combatê-los, ainda que sejam apenas ensaios acadêmicos, levando para as escolas, para as famílias, nas esferas da coletividade.

O homem puro, sem vício, não é uma figura antropológica – não se encontra em nenhuma sociedade humana a ausência de vício (dependência); a presença do vício é inerente à sociedade humana. O problema está nos níveis de vício e no controle do vício, então essencial que existam políticas de saúde que esclareçam e tatem do problema.

Esse deve ser o cerne principal da atuação do Estado ao instituir normas e regras de conduta social, sob o olhar das desigualdades, instituindo mecanismos de defesa e proteção e não unicamente de repressão e prevenção de crimes em que a esfera política e econômica sejam as diretrizes a determinar a quantidade de pena a ser atribuída ao fato, tido como fato jurídico ilícito - crime.

Vê-se que o tema não anda apenas pela esfera penal, mas apresenta o problema da interdisciplinaridade, sendo, portanto, necessária a intervenção de profissionais de outros ramos da ciência no deslinde do problema.

Nesta esteira deve-se ter a mentalidade de restituir ao indivíduo a dignidade e expressão da sua própria vontade, tanto agressor como vítima, separado do problema do álcool e livre da agressão doméstica para que a família possa ser integrada e restaurada.

Contudo, imprescindível que o Estado crie formas de extinguir as diferenças de gênero, as relações de poder decorrentes do patriarcalismo que está impregnado nas relações sociais, tornar o problema da violência doméstica um assunto obrigatório, através de políticas que enfrem o problema e tratar o agressor alcoólatra.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, D. F.; GOMES, V. L. de O. G.; BARLEM, E. L. D. Perfil das ocorrências policiais de violência contra a mulher. **Revista Acta Paulista de Enfermagem**. 2013; 26(6): 547-56. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ape/v26n6/07.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2014.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres - Presidência da República. **Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres**. Brasília: Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres/Secretaria de Políticas para as Mulheres - Presidência da República, 2011.

COSTA, A. M. da; MOREIRA, K. de A. P.; HENRIQUES, A. C. P. T.; MARQUES, J. F.; FERNANDES, A. F. C. Violência Contra a Mulher: Caracterização de Casos Atendidos em um Centro Estadual de Referência. Rev. Rene: **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**. Fortaleza: Editora UFC, v. 12, n. 3, p. 627-635, jul.-set./2011.

DILLING H, MOMBOUR W, SCHMIDT MH. Internationale klassifikation psychischer störungen. ICD-10, Kapiel V (F). Bern Göttingen Toronto/Seattle, 2000.

DUARTE, M. J. De O. **Por uma cartografia do cuidado em saúde mental**: repensando a micropolítica do processo de trabalho do cuidar em instituições. In BRAVO, M.I.S. et al. (Orgs.). **Saúde e serviço social**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

DUBOWSKI KM. Absorption, distribution and elimination of alcohol: highway safety aspects. J Stud on Alcohol 1985; (Suppl.10):98-108.

FONTES, V. **Historicidade e subjetividade. Contradição e conflito, liberdade e determinação**. In: FONTES, Virginia. **Reflexões im-pertinentes**: história e capitalismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Bom Teto, 2008.

FREUD, S. **Obras psicológicas completas**. (Mal-Estar da Civilização). Rio de Janeiro: Imago, 1977.

GIFFEN, K. Violência de gênero, sexualidade e saúde. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, v. 10 (supl. 1), p. 146-155, 1994.

HABERMAS, J. A nova intransparência – a crise do Estado de Bem-Estar Social e o esgotamento das energias utópicas. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 18, p. 103-114, set. 1987.

HECKMANN, Wolfgang; SILVEIRA, Camila Magalhães. Dependência do álcool: aspectos clínicos e diagnósticos. Andrade AG, Anthony JC, Silveira CM. **Álcool e suas consequências: uma abordagem multiconceitual**. Barueri (SP): Minha Editora, 2009, 67-87.

HELLER, A. **Para mudar a vida**: felicidade, liberdade e democracia. São Paulo: Brasiliense, 1982.

JELLINEK, EM. **The disease concept of alcoholism**. New Brunswick: Hillhouse Press, 1960.

LUCENA, K. D. T. de; SILVA, A. T. M. C. da; MORAES, R. M. de; SILVA, C. C. da; BEZERRA, I. M. P. Análise espacial da violência doméstica contra a mulher entre os anos de 2002 e 2005 em João Pessoa, Paraíba, Brasil. **Cadernos Saúde Pública**. vol. 28, n. 6, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, . 1111-1121, jun. 2012. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.phpscript=sci_arttext&pid=S010311X2012000600010&lang=pt>.
Acesso em: 26 mar. 2014.

_____. **Trabalho e indivíduo social**. São Paulo: Cortez, 2001.

LUXEMBURGO, Rosa. **Camarada e Amante**: Cartas de Rosa de Luxemburgo a Leo Jogiches. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

MACHADO, L. **Políticas de subjetivação**. In: MANFROI, Vania Maria;

MENDONÇA, Luiz Jorge Vasconcellos Pessoa (Orgs.). **Política Social**: trabalho e subjetividade. Vitória: Edufes, 2008.

MARTINS, M. V. **Marxismo e subjetividade**: uma leitura dos “Manuscritos de 44”. In BAPTISTA, Luís Antônio dos S. (Org.). **Anuário do Laboratório de Subjetividade e Política**. Niterói: Eduff, 1992, ano 1, v.1.

MARX, K. **O capital**. crítica da economia política. São Paulo: Abril, 1985. v.1.

MONTEIRO, L. G. M. **Neomarxismo**: indivíduo e subjetividade. São Paulo: EDUC; Florianópolis: Edufsc, 1995.

Revista Serviço Social e Sociedade, 101. **Fundamentos críticos para o serviço profissional**. Ed. Cortez. janeiro/março 2010.

ROUANET, S. P. **Mal-estar na modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. **Teoria crítica e psicanálise**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

SAFIOTTI, H. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: Fundação SEAD, v. 3, n. 4, p. 82-90, out.-dez./1999.

SCHAFT, A. **Marxismo e indivíduo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SÈVE, L. **Marxismo e a teoria da personalidade**. Lisboa: Horizonte Universitário, 1979.

SILVEIRA, P.; DORAY, B. **Teoria marxista da subjetividade**. São Paulo: Vértice, 1989.

SOARES, L. E.; SOARES, B. M.; CARNEIRO, L. P. Violência contra a mulher: As DEAMs e os pactos domésticos. In: SOARES, L. E. (Org). **Violência e Política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Relume-Dumará/ISER, 1996, p. 65-106.

TAVARES, M. S. Com açúcar e sem afeto: a trajetória de vida amorosa de mulheres das classes populares em Aracaju/SE. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 101, p. 121-145, jan.-mar./2010.

VASCONCELOS, E. M. (Org.) **Abordagens psicossociais**. São Paulo: Hucitec, 2008. v. 1.

ZUBARAN C, FERNANDES J, MARTINS F, SOUZA J, MACHADO R, CADORE M. Clinical and neuropathological aspects of Wernicke-Korsakoff syndrome. Rev Saúde Pública 1996; 30:6.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2012 ATUALIZAÇÃO: HOMICÍDIOS DE MULHERES NO BRASIL.** Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos – CEBELA. FLACSO Brasil: Agosto, 2012. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2012_mulheres.php> Acesso em: 28 out. 2013.

<http://www.alcoolismo.com.br/alcool-2/historia_do_alcool/> Acesso em: 15 jun. 2016.

<<http://www.psicologia.com.pt/consult/>> Acesso em 15 de jun de 2016.